

Educação Ambiental



2003/2006

RELATÓRIO ANALÍTICO DA GESTÃO 2003-2006

ÓRGÃO GESTOR DA PNEA: UMA NOVA FASE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Em 2003, com a instalação oficial dos trabalhos do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o Governo Lula inaugura uma nova fase no processo de institucionalização da educação ambiental no Brasil.

A existência de um Órgão Gestor para coordenar uma política nacional de educação ambiental, que se constitui como uma estrutura transversal entre o Ministério do Meio Ambiente e o da Educação, representa a primeira experiência formal no continente latino-americano, e talvez no Planeta, de um trabalho articulado e integrado entre dois ministérios com competências centrais para a condução de programas nacionais de educação ambiental. Esta estrutura permite integrar diretrizes, metodologias, objetivos e estratégias notadamente no desenvolvimento dos processos formativos em educação ambiental no âmbito formal e não formal, ou seja, no espaço escolar e não escolarizado.

A inauguração dos trabalhos do Órgão Gestor representa o início de uma nova cultura, a do pensar a educação ambiental para a totalidade do território brasileiro, para todas as pessoas, de forma permanente, continuada e orgânica. Viabilizar este ideário exige uma nova configuração e uma outra escala de reflexão para a criação de propostas de articulação das inúmeras iniciativas já realizadas no país, contrapondo-se a uma situação de iniciativas pontuais, desarticuladas umas das outras, muitas vezes sobrepostas nas diferentes regiões e competindo por recursos para seu desenvolvimento.

DEMOCRATIZANDO O ESTADO BRASILEIRO

O ineditismo desta institucionalidade transversal, com capacidade operativa de condução de uma política pública nacional, vem acompanhado, ainda, pela tendência e compromisso democratizante do Estado Brasileiro, com a instalação dos trabalhos do Comitê Assessor do Órgão Gestor, colegiado composto por treze entidades representativas da sociedade, do Estado e do mercado, com mais outras entidades convidadas, dada sua relevância no campo da educação ambiental. Com a presença desses segmentos e entidades com função assessora da PNEA, a sociedade brasileira ganha a possibilidade de ampliar o diálogo para a participação e o controle social, para além da estrutura governamental federal. Ampliam-se assim as oportunidades de envolvimento da PNEA em todo território brasileiro.

E não foi apenas na esfera federal que as ações deste Órgão somou-se ao processo democratizante no país. Também na esfera estadual trabalhou-se para que as CIEAS, antes majoritariamente representadas por órgãos públicos estaduais, tivessem sua composição envolvendo a maior representatividade possível das expressões em educação ambiental existentes em cada unidade federativa.

OUSADIA E INEDITISMO NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS AMBIENTAIS

A respeito dos processos formativos em educação ambiental, vale destacar que nesta gestão da Diretoria de Educação Ambiental do MMA foi construída uma proposta político-pedagógica intencionalmente voltada à educação ambiental não formal, ou seja, aplicada no contexto do espaço não escolarizado.

A proposta se traduz na elaboração de uma sistemática de formação de educadores/as ambientais populares, pela *práxis*, inspirada nos Círculos de Cultura de Paulo Freire, por meio das estruturas intituladas "Coletivos Educadores". Tais estruturas se configuram pela articulação multi-institucional, reunindo entidades com perfil educacional e/ou ambientalista que subsidiam e apóiam as ações de formação de formadores/as em educação ambiental, em suas mais variadas frentes de atuação temática e setorial.

Assim, a gestão 2003-2006, delineou e iniciou a implantação de uma significativa articulação institucional, reunindo, em todo o país, entidades dos distintos setores da sociedade, para, simultaneamente e em sinergia com a atuação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida em cada Escola, elaborarem Projetos Políticos e Pedagógicos capazes de promover processos sincrônicos de educação ambiental que materializem a proposta de Municípios e Territórios Educadores Sustentáveis.

ESTRUTURAS EDUCADORAS PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

A principal estrutura educadora das nossas sociedades, a Escola, para conseguir fazer uma educação ambiental de qualidade, necessita da ação coordenada e em sinergia com inúmeras outras instituições, projetos e equipamentos sociais. Necessita de "Viveiros Educadores Ambientais", "Ciclovias Educadoras", "Faixas de Pedestres Educadoras", "Museus Educadores Ambientais", "Salas Verdes", "Centros de Educação Ambiental", dentre outras estruturas, promovidas, estimuladas, apoiadas, coordenadas pelos Coletivos Educadores, pelos Coletivos de Juventude e Meio Ambiente, pelas CIEAs e Redes e as diversas organizações governamentais e não-governamentais nelas articuladas.

Todas essas estruturas precisam estar sintonizadas na missão de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis - através da educação das crianças, das professoras e professores, dos pais e das mães, de sindicalistas, de caminhoneiros e taxistas, de políticos e gestores, enfim de todos os setores e instâncias – para que cada indivíduo possa se tornar mais um/a educador/a ambiental.

Por exemplo, as 391 Salas Verdes criadas em 297 municípios do país permitem o acesso das pessoas à informação qualificada sobre educação ambiental, mas elas podem e devem sinergizar com as ações de outras instituições da base territorial onde atuam para funcionar como verdadeiras estruturas educadoras. Podem e devem contribuir para "Municípios Educadores Sustentáveis" estarem na agenda dos gestores e gestoras e das cidadãs e cidadãos. Podem e devem contribuir para incentivar os Coletivos de Juventude e Meio Ambiente, dentre outras ações apropriadas para a região onde estão instaladas.

O que anima esta proposta de uma arquitetura capilar de estruturas emuladoras de sociedades sustentáveis é a perspectiva de enraizar e exercitar cotidianamente a educação ambiental através do empoderamento/potencialização dos seus distintos atores.

PRESENTE EM TODAS AS UNIDADES FEDERATIVAS

As ações de enraizamento e descentralização da educação ambiental na óptica da lógica federativa, destinaram-se ao fortalecimento e democratização das CIEAS e, ao acompanhamento comprometido com iniciativas inovadoras de muitas delas no sentido da ampliação da participação de distintos setores da sociedade, de definição de novos critérios de representação e de criação de regionais que ampliassem as possibilidades de envolvimento dos atores deste campo.

Promoveu-se também o envolvimento das CIEAs com as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, especialmente com as infanto-juvenis. E ainda, o diálogo sobre a importância da existência simultânea delas, CIEAS, e das Redes, em cada Unidade Federativa, como articulações que podem ser complementares no desafio de implementar uma educação ambiental que não tenha descontinuidade com as mudanças de governo e que promova permanentemente o controle social.

Todas as articulações para a inclusão das Redes, dos Coletivos Jovens e de outros atores nas CIEAS, destinam-se a ampliar o apoio e compromisso de todos na formulação, implementação e avaliação das políticas e programas estaduais de educação ambiental.

Hoje, existem CIEAs criadas por decreto ou por lei em 24 Unidades Federativas. Onde há resistência do Estado com a sua implementação, encontram-se as redes de educação ambiental pressionando para sua criação e, inclusive, assumindo a responsabilidade por coordenar o debate voltado à elaboração da política e do programa estadual de educação ambiental.

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL COM CARÁTER EDUCATIVO

Coerente com o mundo cada vez mais midiático, a gestão 2003-2006 da DEA formulou o Programa de Educomunicação Socioambiental, que contém diretrizes, princípios, objetivos e estratégias para criação, produção e veiculação de materiais audiovisuais em geral com conteúdo ambiental e educativo.

No âmbito comunicativo, o SIBEA foi reestruturado para solucionar as deficiências do sistema anteriormente criado que impossibilitavam o seu efetivo uso pelos/as educadores/as ambientais. O lançamento da nova plataforma do SIBEA, no início de 2007, permite a fácil localização e reconhecimento de “quem é quem” e “faz o quê” em educação ambiental no país, estimulando a realização de parcerias e projetos em comum entre pares.

O novo SIBEA, concebido e desenvolvido como parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SISNIMA), a incorporação do Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID-Ambiental) à DEA, a parceria de cooperação com a Radiobrás, através do Projeto “Educação Ambiental no Ar” e o apoio dado por esta Diretoria à implantação do GT de Informação e Comunicação Ambiental do MMA inserem-se nesta perspectiva de organicidade entre informação e educação ambiental, e destas com as políticas ambientais, comunicacionais e educacionais em toda a sua abrangência.

AMPLIANDO A INTERLOCUÇÃO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

A necessidade de fortalecimento do intercâmbio e da cooperação internacional no atual contexto de questões ambientais globais cada vez mais agudas tem exigido dos governos e das sociedades que as ações educativas e ambientalistas sejam orgânicas e integradas.

Nesse sentido, organizou-se um Núcleo de Relações Internacionais em EA para garantir a existência e o acúmulo de competências específicas nessa área, bem como para obter maior agilidade de resposta às demandas provenientes do Ministério das Relações Exteriores, dos Organismos de

Cooperação Internacional e das Organizações de Integração Regional que vêm na educação ambiental um importante papel a cumprir na transição para uma sociedade planetária sustentável e no cumprimento dos atos e convenções ambientais internacionais.

Em função da importância desse tema, o Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, organizado em Grupos de Trabalho, possui um GT sobre relações internacionais, o qual tem mantido um fluxo de informações contínuas com esta Diretoria.

Por intermédio da educação ambiental, foram estabelecidas relações com cerca de 32 países, possibilitando inúmeros contatos, interlocuções e parcerias durante a gestão 2003-2006.

O Brasil ampliou seu circuito comunicativo para além das fronteiras nacionais, consolidando estruturas organizativas para a gestão política da educação ambiental. Estabeleceu conexões intencionalmente formais e institucionalizadas como forma de garantir o cumprimento do compromisso político assumido na cooperação internacional bi e multilateral, com regionalidades territoriais e culturais estratégicas do ponto de vista da política externa brasileira. Neste sentido, aproximou-se institucionalmente dos países latino-americanos e dos países de língua portuguesa no continente africano, além de Portugal e Galícia (Espanha), com os quais guarda laços identitários e político-pedagógicos em educação ambiental.

Assim, o Brasil amplia e fortalece o diálogo internacional, criando oportunidades de novos e promissores intercâmbios culturais e técnico-científicos frutificarem no hemisfério sul, na América Latina e na comunidade de países de língua oficial portuguesa, contribuindo para o fortalecimento de uma cidadania planetária e para a cooperação em educação ambiental e da educação ambiental em e para um mundo sem fronteiras.

Com esses canais institucionais de comunicação criados, abre-se além da possibilidade do conhecimento mútuo sobre as políticas e estratégias nacionais de educação ambiental, sobre as concepções político-pedagógicas que animam as práticas adotadas, as realidades locais, os modelos de organização social assumidos pelos educadores/as ambientais e as experiências concretas desenvolvidas nos distintos países, também a possibilidade de realização de projetos educativos conjuntos, integrados e articulados, elaborados em comum acordo entre os países, potencializando a eficácia das ações.

ELABORANDO PARTICIPATIVAMENTE O ProNEA E APRIMORANDO-O CONSTANTEMENTE

Um aspecto diferencial e inovador na gestão 2003-2006, foi o início da reflexão a respeito da imperativa necessidade de se obter um ganho em escala nas ações em educação ambiental promovidas por todos atores da sociedade brasileira, para se evitar a eterna dispersão e pulverização das ações.

A busca de organicidade e integração entre as ações em educação ambiental desenvolvidas no país desencadearam o início do processo de reestruturação do Programa Nacional de Educação Ambiental, que culminou em 2004 com a consulta pública nacional, permitindo que mais de 800 educadores/as ambientais pudessem contribuir com suas expectativas e demandas para a implementação da política nacional de educação ambiental neste governo.

A partir de então, começou-se a visualizar a necessidade de convergência das diversas ações em educação ambiental que fossem capazes de atender à formação permanente, articulada e continuada em educação ambiental de toda a sociedade brasileira.

SISNEA: PREPARANDO O PRÓXIMO PASSO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O processo de consolidação da gestão pública da Política Nacional de Educação Ambiental com os trabalhos desenvolvidos pelo Órgão Gestor e por todos os atores deste campo, oportunizou paulatinamente a identificação de lacunas e incongruências no sistema de gestão e execução político-institucional da PNEA.

A ampliação dos debates e interações entre seus distintos protagonistas, através do decidido apoio do OG para a realização das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, adulto e infanto-juvenil, para a realização do V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, para a concretização do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (que não se realizava desde 1997), bem como para a implementação da Revista Brasileira de Educação Ambiental (Fórum e Revista organizados sob a liderança da Rede Brasileira de Educação Ambiental) e de diversas outras publicações envolvendo dezenas de educadoras e educadores ambientais de todo o país, possibilitou também identificar potencialidades e prioridades na construção de uma Educação Ambiental para um Brasil de Todos.

A compreensão de Estado que deriva desta experiência, e com qual a DEA tem trabalhado, busca promover políticas inclusivas, atentas às potencialidades da sociedade, dos seus indivíduos e de suas organizações, que respondam ao desafio da relação entre o massivo e o artesanal, entre a política pública para todos mas sem a perda do olho no olho e com respeito e valorização das subjetividades, entre a descentralização da atuação e a construção coletiva de utopias.

Uma educação ambiental que se institucionalize cada vez mais nas distintas esferas e instâncias de organização da sociedade brasileira - através de leis, orçamento próprio, equipes formuladoras e implementadoras de políticas públicas - mas ao mesmo tempo que se mantenha instituinte de uma nova cultura e forma de ser e estar na Terra, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis e indivíduos atuantes pelo Bem Comum, pela Vida e Felicidade de todos e de cada um.

Isto exigiu definir a instauração de um amplo debate a respeito do, previamente intitulado, Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA), que está em curso e deve ser incrementado ao longo dos próximos anos. O conjunto dos indivíduos, grupos e atores sociais do campo da educação ambiental no país deve visualizar e interagir com as instâncias de decisão e eixos de articulação/coordenação e fomento da educação ambiental que se pensa e faz no Brasil. Política e pedagogicamente é importante tal visualização e o exercício interativo com o conjunto de atores, para que cada um se apodere do e se empodere com o Sistema Nacional de Educação Ambiental.

Consolida-se assim, mais um marco organizacional no campo da educação ambiental que, ao mesmo tempo, pode significar o fortalecimento do SISNAMA e do campo educacional, e contribuir para o fortalecimento das inúmeras iniciativas de educação ambiental em todo o país.

São estas inúmeras iniciativas e seus educadores e educadoras ambientais populares a motivação e o objetivo de todo o SISNEA e para elas e com elas deve-se caminhar. São as responsáveis pela esperança de ser possível um Brasil e 186 milhões de brasileiras e brasileiros Educados e Educando-se Ambientalmente.

O MMA, A DEA E O ÓRGÃO GESTOR

Vale ainda ressaltar, a importância que teve para a realização de todas as atividades aqui descritas, a qualidade pessoal, profissional e o engajamento militante de cada uma das pessoas da equipe da DEA e do Órgão Gestor.

A DEA é eternamente grata também ao trabalho voluntário e comprometido de centenas de pessoas das redes de educação ambiental, das CIEAs, dos Coletivos Educadores, Salas Verdes, Com-Vidas, Coletivos de Juventude e Meio Ambiente, CEAs, Comitê Assessor do Órgão Gestor, Municípios Educadores Sustentáveis, Fundos Socioambientais, equipes do EA.Net e SIBEA, ONGs que compartilharam e se co-responsabilizaram pela realização de eventos e projetos, e os parceiros de outros órgãos do próprio MMA e de suas vinculadas IBAMA, ANA e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, especialmente da CGEAM e dos NEAs e dos participantes na CISEA, bem como dos parceiros em outros Ministérios e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no Parlamento e no legislativo e judiciário em suas diversas instâncias e regiões.

Um especial agradecimento à Ministra Marina Silva pela sua liderança e testemunho pessoal de compromisso, dedicação, competência e seriedade alegre na condução de toda a sua equipe e trabalhos pelo meio ambiente, pela educação e pela VIDA.

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental

